

LIBERAL  
8/04/84  
Belém/PA

05

(Lucio Flavio Pinto)

4468

# O risco em Tucuruí

**S**e a burocracia federal não fosse tão lerda e ineficiente, teria sido possível fazer a exploração florestal na área do futuro reservatório de Tucuruí. Instalado em 1977 o primeiro grupo de estudos para tratar do problema, só três anos depois a área foi leiloada e entregue a uma empresa, sabe-se agora de que maneira. A empresa, a Agropecuária Capemi, falhou, entre outras coisas porque madeira não era bem o seu negócio.

Antes que a esquematização da forma de aproveitamento econômico daquela quantidade expressiva de madeira tivesse descambado para a suspeita licitação do Ministério da Agricultura, algumas pessoas defenderam a idéia de prorrogar o tempo de construção da usina para que fosse possível transformar em dinheiro as árvores condenadas à inundação. O cronograma atrasou um ano, de fato, mas isso de nada serviu para a Capemi.

Descartada a hipótese de uso econômico da floresta do reservatório, restou a questão ecológica: seria ou não temerário afogar toda aquela massa vegetal? A Eletronorte, com base em pesquisas até hoje não convincentes, garante que não haverá problema: bastará limpar uma faixa de proteção (10 mil hectares em um total de 216 ou 260 mil) próxima à barragem. A enorme vazão do rio Tocantins se encarregaria de resolver todos os problemas, ou reduzi-los a um mínimo perfeitamente controlável.

A Eletronorte assumiu uma responsabilidade extremamente pesada. E talvez nem fosse conveniente expor toda uma região a graves riscos apenas com a palavra de uma empresa, por mais respeitável que ela seja. Se a Eletronorte estiver enganada, ainda que venha pagar pelos danos, não será ela quem os sofrerá. Adivinhem quem será a vítima.

**N**ão se conseguiu refrear a marcha do cronograma de Tucuruí com outro argumen-

to senão o da inexistência de dinheiro para a sua sustentação. O atraso de um ano foi causado justamente porque não havia fundos para a execução do que estava programado. Não foi motivado pela intensa pregação ecológico-econômica. Esta, ricocheteou sempre na granítica muralha tecnocrática dos responsáveis pela obra.

Ela está sendo atacada novamente: de todas as partes surgem denúncias, ponderações e apelos para que se verifique em profundidade e extensão qual a ameaça real dos produtos químicos aplicados ou estocados pela Agropecuária Capemi na área.

Há, de fato, exageros e emocionalismo. Mas as provas documentais já reunidas e as deduções que elas possibilitam sobre tudo o mais ainda não comprovado são inquietantes. No mínimo, o governo deve imediatamente organizar uma busca em toda a área para tentar localizar os 62 ou 262 tambores de fungicidas e inseticidas que teriam sido abandonados (ou comercializados no mercado clandestino) depois que a Capemi faliu.

Mais interessada em comprar do que em faturar, a Capemi adquiriu uma grande quantidade desses produtos, boa parte dos quais permaneceu em estoque. Mas muitos tambores estão nos acampamentos dentro da mata ou em casas de credores e ex-funcionários que os levaram pensando em ressarcir-se de seus prejuízos, sem imaginar que estavam carregando para suas casas umas autênticas bombas.

**A**té agora não foi suficientemente esclarecido que tipo de produto químico (ou mais de um) existe dentro desses tambores. Não é um aspecto irrelevante: consultado, o professor Joelzio Bahia, um especialista no as-

sunto, disse que o pentaclorofenato de sódio oferece maior risco porque é solúvel em água, podendo contaminar o rio Tocantins e envenenar ou intoxicar todos os que dele se servirem. Árvores e peixes morrerão e as formas de intoxicação humana poderão ser tão graves que também acabarão causando a morte.

É claro que este é um perigo ainda em potencial. Pode ser que muitos dos tambores estejam fora da área de inundação e, mesmo dentro dela, certamente sairão antes que as águas subam, junto com seus detentores, que não os abandonarão. Mas quem irá tirar os tambores que estão largados nos 46 acampamentos que a Capemi abriu na selva?

Só o governo, se imediatamente organizar uma expedição para fazer um pente-fino na área, levando não apenas a força militar ou policial de sustentação, mas — e sobretudo — os técnicos que conhecem o assunto. Pode ser que no meio desse serviço comprove-se realmente o crime praticado pela Capemi e sobre um respingo de lama sobre o próprio governo. Não é bom, mas é facilmente absorvível. Imensamente pior é, sob o receio da crítica e do desmentido, fazer-se de surdo, mudo e cego, expondo toda uma população a risco considerável.

A tarefa deve ser decidida logo: em junho o rio Tocantins começará a subir de nível e logo estará chegando aos acampamentos da Capemi. Deixar a floresta já foi uma temeridade. Mas admitir a possibilidade de que haja de 10 a 50 toneladas de produto químico altamente tóxico significa transformar o que é temerário em um autêntico crime.

Muitos já foram cometidos em Tucuruí. Espera-se que, podendo fazer o contrário, os responsáveis não acrescentem mais um ao rosário que já ostentam. Todas as contas lhes serão cobradas, agora, ou pela história.